

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL PARA O POVO INDÍGENA DA ETNIA TENETEHARA, NA TERRA INDÍGENA CANA BRAVA (MARANHÃO)

Marcos Aurelio Queiroz¹
Profª. Dra. Inês Claudete Burg.²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência do trabalho de ATER para os povos indígenas da Etnia Tenetehara, no estado do Maranhão, desenvolvida pelos profissionais que atuam no programa Maranhão Verde – Eixo Indígena. Foram sistematizados os principais desafios da ATER indígena a partir da atuação da equipe técnica em campo. O estudo revelou que o serviço de ATER realizada no território indígena não foi pensada considerando a especificidade étnica. Conclui-se que as experiências relatadas ao longo do programa podem contribuir com a construção de uma política pública de ATER, pensada exclusivamente para os povos indígenas.

Palavras-chave: ATER; Áreas degradadas; Territórios Indígenas.

1 INTRODUÇÃO

O povo Guajajara, também chamado de Tenetehára, sendo esta última denominação mais abrangente que inclui outros grupos como o També. Guajajara significa “donos do cocar” e Tenetehára, “somos os seres humanos verdadeiros”. Os Guajaras chamam a sua língua de “Ze`egete”, que significa a “fala boa”, habitam as terras situadas no centro do estado do Maranhão, regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim, Corda e Zutiua. A vegetação coberta pelas florestas altas da Amazônia e por matas do cerrado. As terras indígenas Araribóia, Bacurizinho e Cana Brava abrigam cerca de 85% da população indígena Guajajara.

Os povos indígenas têm sofrido historicamente com as políticas de governos, principalmente nos últimos cinco anos, que paralisam as demarcações de terras, defendem atividades de mineração e a expansão do agronegócio em terras indígenas. Além disso, houve uma desestruturação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, órgão indigenista responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Com a pandemia do Covid também se perdeu muitas lideranças e com elas conhecimentos milenares da cultura indígena.

No estado do Maranhão, por conta da política promovida pelo governo federal, esse que teria o dever de proteger os povos tradicionais e não o faz, territórios indígenas criminosamente estão sendo invadidos pelos madeireiros que exploram o pouco de madeira que ainda resta dentro das reservas, como o pau d'arco, sumaúma, tamboril, maçaranduba, angelim, breu, ucuúba, pau-roxo, ipê amarelo entre outras. Os fazendeiros da região também buscam tomar posse das terras indígenas, para a expansão agronegócio através da pecuária extensiva e cultivo de soja. Essa política tem gerado sérios conflitos entre lideranças indígenas e representantes do agronegócio em regiões de fronteira, essas que agora estão sendo constantemente ameaçadas. Na maioria dos casos esses conflitos terminam em tragédias, vitimando as lideranças indígenas, como o caso mais recente que ocorreu nas Terras Indígenas Arariboia e Cana Brava no estado do Maranhão, onde nos meses de novembro e dezembro de 2019, três indígenas Guajajara da etnia Tenetehara foram brutalmente assassinados quando defendiam o seu território.

¹ Educando do Curso de Especialização em Agroecossistemas – UFSC/PRONERA/INCRA, e-mail:queirozmarcosoarelio@gmail.com.

² Doutora em Ciências – Recursos Genéticos Vegetais – UFSC, Docente do Curso de Agronomia – Ênfase em Agroecologia. Núcleo de Ensino, Pesquisa em Extensão em Agroecologia e Permacultura – NEPEAP. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó – Chapecó – SC, e-mail:inesburg@uffs.edu.br.

Com toda essa pressão sobre os povos indígenas e a ausência de políticas efetivas de proteção aos povos indígenas por parte do governo federal, na contramão dessa política o governo do estado do Maranhão editou o decreto nº. 35.316/19, criando a Força-Tarefa de proteção a vida indígena - FT – Vida, com a finalidade de contribuir com órgãos federais no combate à violência contra os povos indígenas.

Somada a toda a violência provocada pelo capitalismo que mata lideranças, destrói a floresta e os recursos naturais e compromete a qualidade de vida dos povos indígenas, demanda-se urgentemente a ação do estado, conforme prevê a Constituição Federal no seu artigo 232. Através de políticas públicas de proteção dos territórios indígenas e fortalecimento das iniciativas produtivas que nas últimas décadas tem sido muito tímidas agravando a situação de pobreza e miséria do povo indígena Guajajara.

No Estado do Maranhão, nos últimos anos, o governo tem buscado uma aproximação com os povos indígenas, estreitado um diálogo a fim de reparar décadas/séculos de esquecimento. No ano de 2016 foi instalada a “Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no estado do Maranhão – COEPI/MA”, com o objetivo de construir o “Plano Decenal Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão – PPPI”, em 14 de novembro de 2018, por meio do decreto nº 34.557, instituiu o plano decenal estadual de políticas públicas voltada para os povos indígenas. E também lançou o Programa de Compras da Agricultura Familiar – Procaf, que estimula a produção local, contribuindo com a base alimentar de qualidade ao mesmo tempo em que gera renda para as famílias beneficiárias. Esse programa até 2019 já havia beneficiado cerca de 2000 famílias de agricultores familiares e indígenas.

Em 2020 foi sancionada a Lei Estadual nº. 214/2020, que cria o “Fundo Estadual de Apoio aos Povos Indígenas – FEAPI. Os recursos deste Fundo estão sendo destinados ao financiamento de atividades voltadas a preservação e produção que estejam relacionadas com a cultura dos povos, segurança alimentar e geração de renda para as famílias indígenas do estado do Maranhão. A operacionalização do recurso é de responsabilidade de um conselho gestor composta pela Secretária de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF e três indígenas indicados e aprovados na Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Estado do Maranhão - COEPI. Os membros do conselho reúnem-se a cada quatro meses para deliberar sobre as aplicações do fundo.

Ainda nesse contexto que envolve os povos indígenas do Maranhão, em 20 de fevereiro de 2020 o governo do estado faz o lançamento do programa Maranhão Verde – Eixo Indígena, programa este que ganhou corpo com o lançamento do edital de chamada pública nº. 002/2020, que beneficia 1000 famílias no estado contemplando os 17 territórios: Geraldo Toco Preto, Timbira, Caru, Tenetehara Guaja, Morro Branco, Tenetehara, Porquinhos, Kanela, Urucu Juruá, Tenetehara, Lagoa Comprida, Tenetehara, Alto Turiaçú, Ka`apor, Guaja, Krikati, Krikati, Awá, Awa Guajá, Rio Pindaré, Tenetehara, Kanela, Kanela, Rodeador, Tenetehara, Bacurizinho, Tenetehara, Araribóia Tenetehara, Guajá, Governador, Tenetehara, Gavião Pukobiê, Reserva Indígena Krenyê, Krenyê e Cana Brava/ Guajajara, Tenetehara.

O programa Maranhão Verde – Eixo indígena é mais uma ação do governo do estado que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e é direcionado para atender três áreas fundamentais: ações de conservação e recuperação de áreas degradadas, formação de profissionais de nível técnico indígena e fomento do desenvolvimento local através de apoio a projetos de produção de alimentos para geração de renda para as famílias. Para fazer parte do programa como beneficiário, os interessados tiveram que apresentar um projeto que contemple as áreas citadas e que estivesse de acordo com as regras do edital publicado. A Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF e Agencia Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão

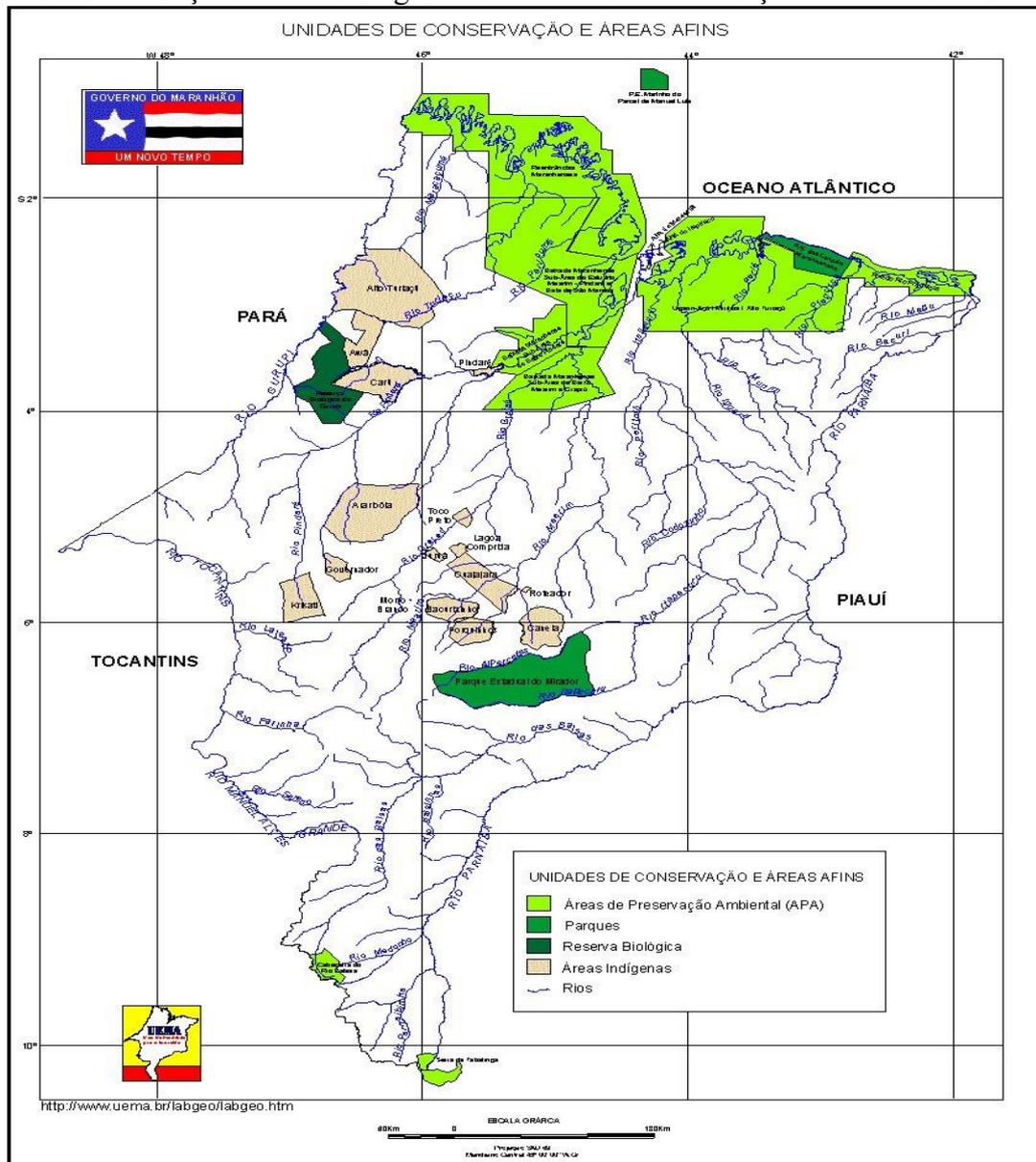
Rural do Maranhão – AGERP e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA, assumiram o compromisso de operacionalizar o programa. A Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, faz a gestão política e financeira, AGERP executa o programa através da capacitação dos técnicos e da assistência técnica e extensão rural, e o Instituto de Agronegócios do Maranhão – INAGRO, fica responsável pela contratação dos profissionais.

O programa visa contemplar projetos coletivos e individuais com produção de base ecológica, sistemas agroflorestais e extrativistas, roças agroecológicas, criação de animais de pequeno e médio porte, processamento de produtos agroextrativistas, aprimoramento e estruturação de casa de farinha entre outros. Para tanto, em setembro de 2020, através do Instituto de Agronegócios do Maranhão - INAGRO, é realizada a contratação de 31 profissionais técnicos para atuar no programa Maranhão Verde - Eixo Indígena, sendo que destes 13 são indígenas.

2 JUSTIFICATIVA

O propósito deste artigo é apresentar uma experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, nas comunidades indígenas da Terra Indígena Cana Brava/Guajajara da etnia Tenetehara, localizada na região central do Estado do Maranhão, mais especificamente a mesorregião centro Maranhense, na microrregião Alto Mearim e Guajará, segundo divisão geográfica feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2010.

Figura 1 – Localização de áreas indígenas e unidades de conservação no estado do Maranhão.



Fonte: Labgeo, 2021.

O território indígena abrange parte dos municípios de Jenipapo dos Vieira, Grajau e Barra do Corda. A área em questão é drenada em partes por duas importantes bacias hidrográficas, o Rio Corda e Rio Mearim, que exercem importante influência sobre a economia da região, através da pesca, turismo, fornecimento de água para outras atividades produtivas.

Estima-se que vive hoje na Terra Indígena Cana Brava uma população de aproximadamente 6185 indígenas. Essa população está organizada, em aproximadamente 150 aldeias que estão distribuídas em uma extensão territorial que ocupa 137,329 há, estão distribuídas em cinco regiões incluindo a Região do Rio Corda, a região do Rio Mearim, a região São Pedro, a região da BR 226 e a região do braço do Jenipapo dos Vieiras.

O programa Maranhão Verde-Eixo indígena beneficia hoje 262 famílias que estão distribuídas aproximadamente em sessenta aldeias no território Cana Brava, esse total equivale aproximadamente 20,180% das famílias contempladas com o programa. A importância deste trabalho se justifica pela carência de políticas públicas de fomento e incentivo à produção rural sustentável em terras indígenas. Por outro lado, as experiências sistematizadas ao longo do

programa podem servir de subsídio para a construção de uma política pública de ATER específica para os povos indígenas.

3 OBJETIVO GERAL

Relatar a experiência do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para os povos indígenas da Etnia Tenetehara no estado do Maranhão, promovido pela equipe técnica do programa Maranhão Verde – Eixo indígena.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o processo de criação do programa Maranhão Verde - Eixo Indígena e funcionamento da equipe de campo na terra indígena Cana Brava, localizada nos municípios de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras no estado do Maranhão.
- Registrar as principais atividades de ATER desenvolvidas nos anos de 2020 e 2021, incluindo os desafios da equipe técnica e as contribuições para o desenvolvimento das atividades produtivas agroecológicas.
- Identificar a importância de uma equipe multidisciplinar no desenvolvimento das ações de ATER.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a elaboração desse trabalho, em primeiro lugar, fez-se uma fundamentação teórica trazendo para o debate os principais autores que dialogam a respeito do tema, se identificou os desafios da ATER, bem como os principais elementos que fazem parte dessa política pública. Na sequência procurou-se compreender as relações estabelecidas entre os indígenas da etnia Tenetehara e o meio em que estão inseridos, buscando encontrar os pontos que ligam a política pública de ATER à forma de vida das populações indígenas.

Em um segundo momento fez-se o exercício de ouvir e observar as experiências dos Tenetehara, sendo que este momento foi realizado através do acompanhamento dos projetos (aves, caprinos e suínos) nas unidades de produção. Em seguida, foram realizadas observações e sínteses das reuniões da equipe técnica que atua no Programa, o qual o autor é membro, ao mesmo tempo que coordena a equipe de campo. Tais reuniões servem para que os profissionais exponham os desafios enfrentados, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para facilitar as relações entre comunidade indígena e técnico. Exemplo disso, tem sido as reuniões realizadas dentro das aldeias aproximando indígenas da equipe técnica e esses dos indígenas.

Terceiro e último, foram realizadas conversas com lideranças indígenas através de suas organizações e membros da equipe de governo responsável pela operacionalização do programa, bem como a participação em cursos ministrados pela Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural do Maranhão – AGERP, com o objetivo de orientar a ação dos profissionais que atuam no programa em terras indígenas.

5 IMPORTÂNCIA DA ATER PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS EM TERRITÓRIO INDÍGENA

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2004), no Artigo 3º, trata dos princípios e afirma que o “desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente”, e “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”. Isso para reafirmar a importância que tem o serviço de ATER para as populações tradicionais, haja visto que são

essas populações, em especial as populações indígenas, que mais conservam os recursos naturais. Nesse sentido FREIRE, 1983. Nos ajuda a entender o papel do extensionista.

“O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.” (FREIRE, 1983, pg.93)

O serviço de ATER indígena na Terra Indígena Cana Brava tem vários aspectos importantes, mas cabe destacar dois pontos. Primeiramente a localização em que as terras estão distribuídas, formando um corredor. Nesse sentido os povos indígenas prestam um importante serviço à sociedade preservando a floresta e os recursos naturais. O segundo, mas não menos importante, tem relação com os saberes tradicionais, formas de ver e se relacionar com a natureza, trazendo importantes reflexões em torno do tema da Agroecologia. Em que se concentra.

“agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo”. (LEFF, 2001, pg.184).

Nesse sentido, concordamos com o autor no destaque de que a Agroecologia perpassa todas as dimensões da vida humana, em especial as dimensões social, econômica, ambiental e política

Ao falar de Agroecologia na dimensão social está se falando das diferentes maneiras que a vida se manifesta e como ela se reproduz em um determinado ambiente, as relações que se estabelecem entre si e com as diferentes comunidades, a cultura do povo, como as pessoas se organizam entre outros. Ou seja, a dimensão social trata das relações entre os seres humanos entre si e destes com a natureza.

Na dimensão econômica a proposta deve ir além da segurança alimentar. Precisa produzir para gerar excedentes, mas não é produzir de qualquer maneira, essa produção precisa ter qualidade ao mesmo tempo em que essa matriz produtiva precisa estar alinhada com outros objetivos que contemplem a distribuição de renda. Aqui não deve haver espaço para concentração da terra. A relação com a terra e os recursos naturais de maneira geral não é visto meramente como uma mercadoria, mas há uma preocupação com as gerações futuras. Qualquer proposta que se construa como possibilidade de geração de renda e oposição ao atual modelo de desenvolvimento deve contemplar três importantes características. Primeiramente deve se ter clareza de que ao pensar produção agroecológica precisa-se pensar também em canais de comercialização. Segundo: garantia de volume de produção que assegure esses mercados na maior parte do ano. Nesse sentido, o processo de cooperação nas suas diferentes formas é fundamental para a viabilidade econômica do modelo de desenvolvimento bem como a viabilidade econômica do produtor. E por último, segurança ao consumidor de que o produto tem origem agroecológica.

Considerar a dimensão ambiental na matriz produtiva agroecológica é estabelecer uma relação de respeito a vida das pessoas e dos seres que fazem parte do ecossistema. A partir do momento em que o camponês passe a enxergar a unidade de produção agropecuária como um organismo vivo, identificando as relações e interações que ocorrem neste ambiente, sentindo-se parte do todo, explorando os recursos ali existentes de forma consciente e harmônica é possível ao produtor o resgate de sua autonomia produtiva. Dessa forma é possível produzir a maior parte dos insumos que serão utilizados nos cultivos, ao mesmo tempo em que, quando isso for insuficiente devem ter origem a partir de resíduos orgânicos. Os saberes ancestrais, a relação ser humano-natureza e as técnicas aperfeiçoadas ao longo do tempo devem estar a serviço de todos.

Na dimensão política deve-se construir políticas públicas que fortaleça as iniciativas de produção com baixo impacto ao meio ambiente. Aqui deve se fortalecer os canais de

comercialização existente e construir novos a partir de iniciativas locais. Desenvolver pesquisas, tecnologias com princípios agroecológicos, estimular as trocas de experiências, conhecimentos e sementes entre os produtores.

Como é observado não resta outra saída. A tarefa é árdua, mas é urgente repensar o nosso modelo de desenvolvimento e fazer da Agroecologia a nossa matriz produtiva, olhar os nossos ambientes produtivos como um organismo vivo, recuperar áreas degradadas, pensar a médio e longo prazo e considerar o futuro das próximas gerações.

Ao pensar serviços de ATER, tendo os povos indígenas como atores envolvidos no processo, demanda-se antes de qualquer coisa compreender a forma como esse povo vê o mundo: Se fala muito em Agroecologia, mas esse é um termo usado por camponeses não indígenas, por outro lado, isso não quer dizer que os indígenas não a fazem, tanto é verdade que os povos tradicionais desenvolvem manejos em seus sistemas de produção com a preocupação da preservação da floresta e dos demais seres que fazem parte deste sistema. Pois a vida dos povos tradicionais se entrelaça com a floresta e todos os recursos que ela oferece, isso é manifestada através das celebrações culturais.

Enfim, é nesse meio e com esses olhares que se relata a experiência de serviço de extensão rural na Terra Indígena Cana Brava, em especial os povos tradicionais em especial os Guajajaras da etnia tenetehara do Maranhão.

6 PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE DEVEM NORTEAR A EXTENSÃO RURAL INDÍGENA

A política pública de ATER nos territórios indígenas no estado do Maranhão deve ter como meta a ser alcançada: contribuir com a segurança alimentar, segurança ambiental e geração de renda, entre outros. Nesse sentido, o Programa Maranhão Verde cumpre um papel importante no processo de construção dessa política pública, uma vez que o estado faz um aporte no valor de dois milhões e setecentos mil reais (R\$2.700.000,000); e com a finalidade de fortalecer a produção de alimentos em terras indígenas, contrata profissionais de diferentes áreas (antropólogos, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, técnicos agropecuários e ambientais), com o compromisso de assessorar as famílias, tendo sempre em mente a inserção de novas tecnologias sem que estas interfiram na identidade do povo.

Considerando os desafios enfrentados pelo povo Guajajara, na Terra Indígena Cana Brava, as ações (diagnóstico da terra indígena, destinação de recurso de fomento no valor de 2.700 reais às famílias beneficiárias e orientação técnica), do programa, podem parecer tímidas e o é no entanto, deve ser entendida como uma iniciativa importante para a construção de uma política pública de extensão rural que contribua para segurança alimentar das famílias, preservação dos recursos naturais, assegurando a autonomia do povo Guajajara dentro do seu território. Vale ressaltar, que a segurança alimentar é responsabilidade não somente das comunidades indígenas e ou produtoras, mas sobre tudo do estado e federação por meio do fomento a políticas públicas de incentivo à produção local de base alimentar (pequenos animais, sistemas de produção vegetal, sistemas, agroextrativistas entre outros), tendo como matriz tecnológica a agroecologia.

Dentre várias ações destacam-se a seguir aquelas que tem maior relação com o modo de vida das populações tradicionais: Desenvolver ações que valorize a produção e resgate de sementes crioulas em terras indígenas, em especial aquelas que fazem parte da cultura alimentar dessas populações. O estado deve através da política pública de compra de alimentos, criar condições para fortalecer o mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, adquirindo o excedente da produção e destinando para as escolas indígenas e instituições pública.

Segurança ambiental: Desenvolver políticas públicas de controle e preservação dos recursos naturais em territórios indígenas, fomentar e incentivar o uso de tecnologias limpas (agroecologia), mantendo o ecossistema equilibrado e saudável.

Geração de renda: segundo Machado, 2014, “qualquer proposta tecnológica produtiva deve gerar resultados financeiros positivos a quem execute, a diferença é que esses resultados não comprometam ou agridam as demais dimensões especialmente a qualidade ambiental e o balanço energético”. Nesse sentido, em se tratando de comunidades tradicionais há de se levar em conta a geração de renda para as famílias já que grande parte delas encontra-se em situação de extrema pobreza.

Segundo Miguel Altieri, 2012 as “pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial, pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade e pequenas propriedades rurais representam um santuário de agro biodiversidade livre de organismos geneticamente modificados”.

7 RESULTADOS DAS AÇÕES DO PROGRAMA

O programa Maranhão verde é uma construção da luta dos povos indígenas no estado Maranhão, através de suas organizações. Talvez seja muito cedo para se abordar os resultados, haja visto que a equipe de campo tem apenas oito meses de atuação dentro dos territórios. Primeiro, cabe a nós destacar a importância do debate da preservação ambiental, resgate do conhecimento local e a importância da cultura dos povos tradicionais sobre o uso dos recursos naturais afirmando a importância da Agroecologia como matriz tecnológica para o desenvolvimento local como estratégia de resistência das populações indígenas. Em segundo lugar, a destinação de recurso de fomento no valor de dois mil e setecentos reais (R\$2.700,00), para 1000 famílias no estado, contemplando os 17 territórios indígenas, com o objetivo de fomentar a produção local afim de promover a segurança alimentar. No território Cana Brava, 262 famílias estão sendo contempladas.

Além disso, os beneficiários estão aplicando o recurso de fomento em criação de pequenos animais (aves, suínos, caprinos, artesanato e roças), atividades essas que tem grande importância na produção de alimentos e na geração de renda. É importante deixar claro também que esses projetos contribuirão para estimular a produção de culturas anuais dentro das unidades de produção nas mais diferentes terras indígenas, haja visto que, para cada projeto familiar dentro de uma determinada aldeia, outras cinco unidades de produção são responsáveis para produzir os insumos que serão utilizados na criação dos pequenos animais, beneficiando indiretamente outras cinco famílias, permitindo a circulação de recursos financeiros dentro das aldeias já no início com a compra de matrizes e reprodutores de caprinos e suínos.

Outros resultados relevantes certamente serão encontrados durante o processo de acompanhamento técnico por parte da equipe técnica de campo quando da consolidação dos projetos e a influência dessas atividades sobre a economia local.

7.1 DESAFIOS E LIMITES A SEREM ENFRENTADOS

O primeiro e grande desafio que está sendo colocado para as equipes de campo com o programa Maranhão Verde – Eixo Indígena é desenvolver um serviço de extensão rural em primeiro lugar que rompa com a lógica de exploração capitalista, assumindo a Agroecologia como matriz tecnológica para o desenvolvimento local comprometido com a produção de alimentação saudável, conservação dos recursos naturais, resgate dos saberes tradicionais e geração de renda para as famílias. Na medida em que esses serviços vão se consolidando como modelo de desenvolvimento dentro dos espaços produtivos, unidade familiar e ou famílias aldeadas (aldeias), isso se constitui como mais uma frente de resistência dos povos indígenas,

devendo culminar com uma proposta que contemple as dimensões da vida das populações tradicionais ao mesmo tempo em que essas experiências vivenciadas dentro do programa contribuam para a construção de uma política pública. Para que isso possa ser alcançado, cabe destacar alguns pontos fundamentais.

7.2 CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Tradicionalmente a criação de pequenos animais (aves de corte e postura, caprinos e suínos), sempre teve um papel importante na economia familiar, nas comunidades indígenas não tem sido diferente. Isso se dá por várias razões: Primeiramente porque a criação de pequenos animais é uma fonte importante de proteína na base alimentar das comunidades indígenas, está presente nos momentos festivos (festa da menina moça, festa do mel), em segundo, por que é através da comercialização desses animais vivos ou abatidos que os núcleos familiares obtém a maior parte da renda oriunda das unidades produtivas necessária a sua subsistência. Nesse sentido, é importante deixar claro que o programa Maranhão Verde – Eixo Indígena, trabalha no fortalecimento das atividades produtivas que tradicionalmente são praticados nas terras indígenas.

A característica da criação dos pequenos animais em terras indígenas tem suas limitações pela ausência de orientação técnica nutricional e controle de doenças e verminoses, isso reflete no desempenho produtivo dos animais que são criados livres. Essa forma de manejo dificulta o controle dos animais que por vezes invadem outros sistemas de produção (roças e quintais produtivos), além de ficarem exposto ao ataque de predadores. O programa através da equipe técnica vem com o objetivo de orientar as famílias forma mais eficientes de criação e manejo.

Figura 2: Criação de suínos



Fonte: Arquivo T.I cana brava, autor José de Ribamar.

7.3 EXTENSÃO RURAL CONVENCIONAL X EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA INDÍGENA

A extensão rural tem um papel importante no processo de difusão do modelo de desenvolvimento da agricultura que se quer para o país. Com o processo da Revolução Verde,

o que se viu foi uma extensão rural com o objetivo de difundir um pacote tecnológico baseado no uso de insumos químicos, não levando em consideração os recursos naturais gerados dentro das unidades de produção muito menos os saberes dos agricultores. Anos mais tarde o que se vê, é a perda da autonomia dos agricultores, degradação e contaminação dos recursos naturais e profissionais do campo, mostrando as contradições de um modelo de desenvolvimento excludente e predatório.

Novas práticas começam a emergir, agricultores através de suas organizações sociais, públicos (indígenas), que até então não eram visibilizados passaram a reivindicar do estado serviços de ATER, com mudança de paradigmas. Utilização de tecnologias limpas e valorização da vida e dos seres da natureza. Segundo MACHADO, e colaboradores (2014, p. 194) “Esse novo caminho demanda um novo sujeito: Os responsáveis pela sua implementação devem ser pessoas que vejam os animais e as plantas como seres que merecem ser respeitados e tratados com consideração”. E considere a especificidade do público atendido respeitando e adotando métodos que facilite a troca de saberes.

Primeiramente é preciso deixar claro que, a metodologia de ATER adotada dentro do Programa Maranhão Verde – Eixo Indígena é a mesma pensada e adotada para o público da agricultura familiar não indígena, metodologia essa que considera o público beneficiário como protagonista de uma ação transformadora ao mesmo tempo em que o extensionista assume o papel de mediador do processo de mudança no meio rural. Isso implica uma mudança de paradigma no contexto da extensão rural, tendo em vista que são públicos diferentes e com maneiras muito próprias de ver e se relacionar com a natureza. Isso não quer dizer que o serviço de ATER realizado hoje nos territórios indígenas através do programa não tenha lá sua importância, o que se quer afirmar é que na medida em que se pretende pensar uma política pública de extensão rural para o público indígena, este deve contemplar as dimensões que envolvem a vida das populações tradicionais. Ou seja, linguagem e ou forma organizativa dos povos configurada na plataforma (tekhene monitore), ferramenta utilizada pelos profissionais de campo não responde a realidade dessas comunidades, isso dificulta o trabalho dos técnicos bem como as informações sistematizadas pode maquiagem a realidade das relações estabelecidas dentro dos territórios pelos povos indígenas.

7.4 EQUIPE TÉCNICA

Segundo GONÇALVES e colaboradores (2016) em: “Concepções dos profissionais de ATER sobre as atividades extensionistas desenvolvidas em áreas indígenas em Pernambuco”, as atividades de ATER para os povos Indígenas do ponto de vista do perfil dos profissionais deve haver identificação com o público, ou seja, não cabe aqui qualquer profissional. Ainda sobre o perfil da equipe, depende de se estabelecer uma relação de confiança entre as partes, ou seja, os profissionais de nível médio e superior, tem que demonstrar empatia, estar aberto para compreender as relações entre pessoas e as relações ser humano-natureza. Na composição das equipes técnicas deve contemplar profissionais indígenas de tal forma que facilite o diálogo entre equipe técnica e comunidade e vice-versa, ao mesmo tempo em que contribua com a identificação desse profissional com o público, haja visto que a formação técnica dos extensionistas não contempla a diversidade cultural. No caso da equipe técnica do Programa Maranhão Verde – Eixo Indígena, que atua na Terra Indígena Cana Brava no Maranhão é composta de profissionais superior (agrônomo) e de nível médio (técnicos em agropecuária e meio ambiente), sendo que um membro da equipe é Tenetehara.

Os programas de ATER indígena, segundo ainda GONÇALVES, não deve ter o “objetivo apenas a políticas públicas, sem considerar especificidades não contribui para o desenvolvimento e empoderamento desses povos”, ou seja, é incompatível adaptar um modelo de extensão rural pensado para um grupo específico e adotar esse modelo como padrão a ser

utilizado para públicos diferentes. Se assim o fizer, essa política pública deixa de cumprir na essência o seu papel, que é valorizar os saberes de um povo, sua cultura, sua identidade e passa ser instrumento a serviço do interesse de grupos econômicos, que pretende dominar a cadeia produtiva agropecuária. Ou seja, o desafio da extensão rural indígena e contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico que esteja a serviço da maioria da população, e que ousamos chamar de agroecologia, tem como eixo central a valorização da vida das pessoas e do meio em que elas vivem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apontado no texto, há muitos desafios para a realização de uma extensão rural pública agroecológica que contemple as dimensões da vida das populações indígenas. Que contribua para a melhoria da qualidade de vida das famílias, gerando renda, resgatando a autonomia das populações. Este texto traz algumas reflexões e aponta os principais desafios do cotidiano da extensão rural para as comunidades indígenas.

O desafio maior é pensar a extensão rural para os povos indígenas e este artigo traz reflexões importantes que podem contribuir com essa construção. Certamente outras contribuições serão agregadas a partir das experiências vivenciadas pelas equipes de campo que contribuirão para essa construção. Os povos indígenas têm muito a contribuir com seus conhecimentos, em especial a forma como se estabelece a relação ser humano-natureza.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.150.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. p. 400.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: Temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2007, p. 398.

ALVES, Adilson Francelino; et al. (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo, Editora Expressão popular, 2008. p. 256.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983, P. 93.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

Nunes: LIMA, Irlenilda Sousa. **As Concepções dos Profissionais de Ater Sobre as Atividades Extensionistas Desenvolvidas em Áreas Indígenas em Pernambuco.** Revista Brasileira de Agroecologia, 2016.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e Saber Ambiental.** Porto Alegre, 2001.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **Dialética da Agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2014, p. 360.

PRODUTO 14, Estudos Ambientais Simplificado do Componente Indígena (EAS-CI) DAS LTs 500 KV. Tucuruí – Marabá – Imperatriz – Presidente Dutra (C1 E C2)

PRODUTO 14 – EAS-CI. TERRA INDÍGENA CANA BRAVA /GUAJAJARA